



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1006320-11.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Multas e demais Sanções**
 Impetrante: **Lindomar Castilho dos Santos Araujo**
 Impetrado: **Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito da Circunscrição de Araraquara – Sp**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Lindomar Castilho dos Santos Araujo, qualificado (a)(s) nos autos, ajuizou(aram) o presente mandado de segurança, em face da(s) parte(s) requerida(s) **Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito da Circunscrição de Araraquara – Sp**, pretendendo, em síntese, a anulação do procedimento administrativo nº 7298/2015 porque não lhe teriam sido prestadas as informações dos requerimentos de fls. 25/31, atinentes à infração de trânsito AIT nº 3B924023-6, lavrado em 07/02/2015, e que decretou a suspensão do seu direito de dirigir por 12 meses. Apresentou os documentos de fls. 16/44. Pediu liminar a concessão da ordem para desbloquear seu prontuário de habilitação e a renovação da CNH.

A liminar foi indeferida (fl. 45).

Notificada, a autoridade impetrada apresentou as informações de fls.

1006320-11.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

117/126.

O Ministério Público declinou de seu interesse na ação (fl. 130).

É o Relatório.

Fundamento e Decido.

Sem preliminares a serem apreciadas, passo ao mérito.

Pondero, inicialmente, que a via mandamental não se presta à exibição de documentos, como pretende o impetrante em seu pedido inicial. Cuidando-se de alegação de direito líquido e certo, a prova deve ser demonstrada de plano.

O impetrante alicerça seu pedido no fato de que os requerimentos que apresentou perante o Departamento Estadual de Trânsito – Detran não teriam sido respondidos, referindo-se ao espelho do auto de infração, certificado de verificação do etilômetro e cópias dos avisos de recebimento das correspondências referentes ao sobredito procedimento.

Os documentos de fls. 32/44 demonstram que as informações que pleiteou junto ao departamento de trânsito foram devidamente prestadas. Infere-se, aliás, que nenhuma das correspondências que lhe foram destinadas foi entregue, pela ausência do morador.

Não lhe socorre, desta forma, qualquer alegação de cerceamento de defesa. A lei de trânsito não prevê a notificação pessoal do infrator, mas tão somente a comprovação do envio da correspondência para este fim, considerando-se válida se devolvida por desatualização de endereço (CTB, art. 282, § 1º).

Tem-se, aliás, das informações prestadas, que o Departamento Estadual de Trânsito – Detran, prestou as informações referentes ao processo administrativo, tanto que o próprio impetrante as acostou à inicial. Já a certidão de prontuário teria sido devolvida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

por falta de documentação, e o requerimento acerca do etilômetro endereçado incorretamente à autarquia, porquanto tais informações estavam em poder do órgão autuante.

Com relação à certidão de prontuário, pontue-se que se trata de documento acessível por meio do endereço eletrônico da autarquia, havendo nítida falta de interesse, neste aspecto, em pleitear a anulação do procedimento administrativo sob o pretexto do seu não fornecimento pelo órgão.

Há, sim, robustas indicações de que o impetrante não se pautou pela boa-fé ao postular esta ordem, pois seu requerimento da microfilmagem da multa estaria disponível para retirada desde 09/05/2018, mas o interessado não compareceu à repartição para proceder à retirada, nem mesmo atendido às ligações que lhe informariam de que o documento estaria disponível.

Ante o exposto, DENEGO A ORDEM requerida na inicial por LINDOMAR CASTILHO DOS SANTOS ARAÚJO, com resolução do mérito (CPC, art. 487, I).

Condeno o impetrante no pagamento das custas processuais. Sem condenação em honorários advocatícios (art. 25 da Lei nº 12.016/2009 e Súmula 105 do STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**